

ACM diz que demissão é traição e encerra conta

Geraldo Magela

Presidente do Senado apela para que baianos reajam às demissões no banco

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), estimulou ontem os baianos a reagir à decisão do Banco Excel Econômico de fechar agências e de demitir funcionários no Estado. Ele disse que não sabe como deve ser essa reação, mas revelou, em seguida, que não vai mais operar com o banco porque fechou a sua conta. "Não tenho mais nenhum tostão lá, nenhum centavo", afirmou.

Para Antônio Carlos, o procedimento da instituição "é uma traição aos interesses baianos". "Até porque foi a Bahia quem salvou o Excel de São Paulo", frisou.

Antônio Carlos encabeçou o movimento que impediu o Banco Central de liquidar o Banco Econômico, acusado de várias irregularidades. Ele valeu-se de sua força política no Congresso para convencer o governo a facilitar o acordo com o Excel, com recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). O Excel, em troca, prometeu manter os empregos na Bahia.

Antônio Carlos, na ocasião, incentivou os baianos a investirem na instituição. Ele próprio chegou a comparecer a uma agência para depositar dinheiro na sua conta-poupança.

Compreensão

O Excel Econômico já demitiu cerca de 200 funcionários e fechou 35 agências nos últimos dias na Bahia. Deve haver outras demissões para que o banco atinja a meta de cortar 10% das despesas com pessoal. O senador disse que compreende a necessidade de o banco fazer um enxugamento, mas que não aceita o fato desse ajuste se concentrar na Bahia. "Acho que é uma traição", reiterou.

"Não é um caso de remorso, mas sim de reação". "Se eles fizessem isso em outros locais, tudo bem", afirmou. "Mas só na Bahia?", questionou.

Antônio Carlos disse que as demissões não estariam ocorrendo se o Congresso já tivesse votado a proposta de emenda à Constituição apresentada quando da União do Banco Econômico com o Excel.

A emenda obriga as instituições financeiras beneficiadas pelo Proer a conceder estabilidade por dois anos a seus funcionários, a partir da data de aprovação da solicitação dos recursos pelo Conselho



ACM: salvamos o Excel

Monetário Nacional (CMN). O senador queixou-se pelo fato de a proposta não ter sido incluída na pauta da convocação extraordinária. O texto não foi considerado prioridade nas votações no Congresso.